

ANC - P. 3

Política

CONSTITUINTE
Mais de 140 deputados já assinaram emendas restabelecendo o presidencialismo e cinco anos para Sarney. E o regimento deve ir à votação amanhã.

Cinco anos para Sarney. De novo.

A tática do presidente Sarney — desinteressar-se da política — funcionou: mais de 140 constituintes já assinaram duas emendas restabelecendo o regime presidencialista e fixando o mandato do atual presidente em cinco anos. Se os três autores da emenda e do movimento, senador Edison Lobão (PFL-MA), deputado Gilson Machado (PFL-PE) e Heráclito Fortes (PMDB-PI), conseguirem as 280 assinaturas que pretendem, suas emendas terão preferência automática.

A tendência de mudança da Constituinte já foi detectada pelo governador gaúcho Pedro Simon (PMDB), que atribuiu a "habilidade" do recolhimento de Sarney, evitando desgastes e confrontos. O governador é adepto do parlamentarismo e acredita que ele só passará se em compensação se fixar o mandato de Sarney em cinco anos.

— A nova postura do presidente Sarney complica o parlamentarismo.

Mesmo assim, a situação do presidente não vai ser fácil, por mais que o deputado Milton Reis (PMDB-MG), do Centrão, continue garantindo que 90% do grupo moderado é a favor do parlamentarismo e dos cinco anos. Há muita gente trabalhando contra, a começar do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB do Senado, que está preparando uma emenda para que o mandato de todos os presidentes, a começar de Sarney, seja de quatro anos.

Na outra ponta, o deputado Delfim Neto (PDS-SP) também está se mexendo e preparando emenda em conjunto com o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) mantendo os quatro anos para Sarney e propondo eleições gerais em 88, de vereador a presidente.

— Eleição apenas de presidente seria uma tragédia — argumenta o ex-ministro — porque o eleito, com 40 ou 50 milhões de votos, enfrentaria um Congresso já constituído. Enfrentaria, na verdade, o dr. Ulysses.

O deputado Amaral Neto, líder do PDS, confirmou a posição do partido: "Somos a favor de eleições gerais em 88. Se não for possível, vamos lutar pelo mandato de cinco anos — para Sarney e para os futuros presidentes".

— Eu acho muito perigoso realizar somente eleição presidencial em 88. Seria ajudar muito ao Brizola e isso não faço em hipótese alguma — acrescentou Amaral.

Ele acha que apesar da opinião popular favorável às eleições para presidente em 88, "dá para sentir que muitos parlamentares estão mudando, preferindo eleições em 89, por medo de eleições no próximo ano".

Vantagens

Leonel Brizola, por sinal, está irritado com "a maioria dos governadores e dos políticos" que não querem diretas-já, afirmando que só o PDT e o PT lutam por elas. No seu entender, a situação está péssima porque os políticos "só discutem o sexo dos anjos" e não fiscalizam o governo Sarney.

Toda essa irritação, no entanto, é desnecessária — na ótica do PT. Segundo dirigentes do partido, se a eleição for em 88, será ótimo. Se for em 89, melhor ainda.

No raciocínio dos petistas — e até mesmo de alguns pedetistas — em 89 a exaustão do conservadorismo comandado pelo governo Sarney terá chegado ao ápice, com tal insatisfação popular que candidaturas com o perfil de Lula ou Brizola seguramente seriam vitoriosas.

Mais: os presidentes do PT e do PDT fariam a campanha das eleições municipais em todo o País na condição de candidatos a presidente da República. Na opinião dos dirigentes petistas e pedetistas, numa eleição isolada, tanto Lula quanto Brizola teriam melhor desempenho, por não estarem amarrados às disputas locais e nem dependerem da máquina partidária e sim de seu prestígio pessoal.

Outro ponto: participando ativamente das eleições municipais de 88, como candidatos presidenciais no ano seguinte, Lula e Brizola terão condições de reforçar as estruturas municipais de seus partidos, que hoje deixam muito a desejar.

Contra-ataque

Discretamente, o contra-ataque do presidente Sarney pode estar começando hoje, pela manhã, quando receberá o governador fluminense Moreira Franco, que convocou ontem de surpresa. (Os dois não se viam desde que numa reunião no Palácio Guanabara foi aprovada a convocação de eleições para 88).

Moreira ainda não sabe o assunto — "a conversa deve ser sobre política" — mas já avisou que continua coerente com seus pontos de vista: mandato de quatro anos e presidencialismo, este último ponto comum com a posição do governo federal.

Por coincidência ou não, ontem mesmo os governadores Alvaro Dias, do Paraná, e Pedro Ivo, de Santa Catarina, voltaram a defender um mandato de cinco e seis anos para o presidente Sarney, restabelecendo-se o presidencialismo.



Cabral: buscando uma nova...

...função na Constituinte.

Esta semana será decisiva para o Centrão consolidar sua posição majoritária dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Se o acordo firmado na quinta-feira com Ulysses Guimarães e Mário Covas não for mantido na votação amanhã, de um segundo projeto negociado de regimento interno, o grupo terá que decidir, novamente, no voto, sua posição. Ontem, o líder do PFL, deputado José Lourenço, passou o dia telefonando para os coordenadores de bancada do partido, insistindo na convocação de todos os constituintes para a sessão de amanhã.

O deputado Daso Coimbra (PFL-RJ), responsável pela articulação do Centrão, acha que o acordo vai mesmo por água abaixo, porque líderes do PMDB e do PT querem alterar o artigo do novo regimento que garante a aceitação de preferência a emendas de maioria absoluta, por escrito, dispensando a votação.

"Não se pode substituir o voto pela assinatura", afirma o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, observando que "alguém poderia assinar a preferência e viajar para Paris, na certeza de que seu autógrafo valeria como voto. Seria um absurdo", diz Ulysses.

Assim como José Lourenço, o líder do PMDB, senador Mário Covas, também passou o dia ao telefone, só que trabalhando em sentido oposto ao do líder do PFL. Desde as 8 horas da manhã, Covas tentou convencer parlamentares de todos os Estados de que só haverá impasse na votação se o Centrão insistir em substituir o voto pelo autógrafo do constituinte no pedido de preferência a emenda.

Para evitar que se repitam as agressões e os tumultos da última quinta-feira, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiu acionar todo o esquema de segurança do Congresso: 150 homens da Câmara e 50 do Senado. Além disso, solicitou ao governo do Distrito Federal a presença de outros 90 seguranças para trabalhar nas redondezas do Congresso, durante os dias de votações consideradas polêmicas.

Apesar de ter classificado como "deploráveis" os acontecimentos da última semana, Ulysses negou-se ontem a aceitar a sugestão de fechamento da galerias. "Pretenho garantir o acesso das pessoas, mas um acesso ordeiro e respeitoso", advertiu. Ulysses concorda que "política é paixão" e até acha normal haver excessos em todos os parlamentos do mundo — mas não vai admitir agressões. Para conseguir isso, ele espera contar com a contribuição dos próprios parlamentares, "para que colaborem com a ordem".

Ontem mesmo, Ulysses acertou os detalhes das medidas que serão adotadas, em reunião com o corregedor da Mesa, Jorge Arbage (PDS-PA). Em primeiro lugar, fica-

REGIMENTO

Prova de fogo: Centrão precisa provar de novo sua maioria.

Jose Lourenço, entretanto, garante que não haverá negociação: "No substitutivo há artigo sobre direito de preferência em torno do qual não se faz acordo. A minoria vai pedir destaque da matéria e nós precisamos ter a maioria para votá-la. Vamos trabalhar para colocar todo o mundo em plenário", disse o líder do PFL.

Daso Coimbra endossa: "De nossa parte já teríamos selado um acordo há muito tempo. Nosso recelo é que o outro lado não cumpra o acertado". Já o deputado Antônio Brito, vice-líder do PMDB, integrante do grupo de Mário Covas, afirma que os incidentes da última quinta-feira aconteceram porque o Centrão não quis examinar o substitutivo da Mesa, o que será feito agora, devido à evidente inviabilidade do substitutivo Cardoso Alves, aprovado na semana passada. Brito garante que os próprios líderes do Centrão reconhecem que a emenda Cardoso Alves é impraticável, e apóiam os esforços da Mesa para aprovar outra proposta de reforma regimental.

Mas, apesar do impasse iminente, Ulysses não aceitou sugestão para trocar o projeto de resolução nº 21 (resultado do acordo com o Centrão). Essa tentativa de mudança foi levada a Ulysses por um grupo liderado pelo relator Bernardo Cabral, integrado entre outros pelo primeiro vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides, pelos vice-relatores Adolfo de Oliveira e Konder Reis e pelo deputado Nelson Jobim. Depois de muito debater, Ulysses disse que o projeto de resolução nº 21 é definitivo, por ter resultado do entendimento partidário. Mas levantou a possibilidade de o conteúdo pretendido pelo grupo ser aproveitado em emendas ao projeto. Hoje, eles voltam a se reunir para traçar a estratégia final.

Na reunião também foram discutidas as emendas, prevalecendo o ponto de vista de que, além das quatro permitidas a cada constituinte, poderão ser destacadas as chamadas emendas populares, para não descartar a colaboração espontânea oferecida pela população.

A dúvida ainda persiste quanto ao destino da Comissão de Sistematização que, pelas regras anteriores, voltaria a atuar no exame do projeto de Constituição. Com as modificações impostas pelo novo regimento, tenta-se agora preservar pelo menos a figura do relator, Bernardo Cabral, com a possibilidade de criação de uma Comissão de Redação, da qual Bernardo Cabral seria o único representante parlamentar. Dela fará parte provavelmente o professor de português Celso Cunha, para dar uma redação moderna e correta ao texto final da futura Constituição.

BADERNA

Ulysses reforça a segurança. E adverte os parlamentares.

ram previstas punições aos parlamentares que incentivarem tumultos. A entrada do público nas galerias também ficou mais restrita — será feita exclusivamente pela porta da rampa superior, o que facilitará o controle das senhas. Ficou mantida a distribuição das cerca de 400 senhas correspondentes à representação de cada partido.

Como as galerias foram tomadas de assalto, na semana passada, pelas pessoas que já se encontravam no Congresso para participar do encontro promovido pela CUT e pela CGT, duas providências foram tomadas ontem para evitar a repetição dos fatos. Durante os trabalhos da Constituinte, nenhuma das dependências do Congresso voltará

a ser cedida para terceiros; e as 14 entradas pelas quais os populares têm acesso ao interior do edifício serão reduzidas a apenas três.

Quanto aos incidentes de quinta-feira, duas comissões já foram constituídas para examiná-los e propor à Mesa as providências necessárias. Uma delas ficou incumbida de examinar o relatório da segurança da Câmara, o qual aponta como incentivadores dos tumultos os deputados Edmilson Valentim (PC do B-RJ), Eduardo Jorge (PT-SP), Gumercindo Milhomem (PT-SP), Paulo Paim (PT-RS) e Juarez Antunes (PDT-RJ). Eles poderão ser responsabilizados por infringência do decoro parlamentar e receber sanções que incluem até a perda do mandato. A uma outra comissão caberá examinar o caso da briga, em plenário, entre os deputados Juarez Antunes e Gilson Machado (PFL-PE).

A possível participação das Forças Armadas para garantir os trabalhos da Constituinte, caso a segurança do Legislativo não seja suficiente, não deve ser vista com uma conotação política, na opinião do almirante César Flores: "Mas não acredito que a situação chegue a esse ponto".

No vídeo da Fiesp, a defesa do capital estrangeiro.

Uma fita de vídeo, mostrando qual o papel das multinacionais no Brasil, está sendo enviada desde ontem aos 559 constituintes, com uma pergunta no final: "O Brasil vai apostar no passado ou no futuro?"

Realizada com base em um trabalho desenvolvido pelas multinacionais dentro da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) a edição do vídeo foi coordenada pelos empresários Jacy Mendonça (vice-presidente da Anávea e diretor da Autolatina) e por Antônio Teixeira da Silva, vice-presidente da Phillip Morris Brasileira S.A. e é o resultado de um trabalho da economista Maria Helena Zocun, "A Importância das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro para o Desenvolvimento Nacional".

Há depoimentos que vão de empresários como Laerte Setúbal, José Mindlin, Mário Amato, Roberto Duailibi, passando por sindicalistas como Luis Antônio Medeiros (dos metalúrgicos de São Paulo), ex-sindicalistas como Luis Inácio Lula da Silva e vários políticos, entre eles Fernando Henrique Cardoso. Todos eles analisando a necessidade de investimentos estrangeiros de risco no Brasil, ainda que obedecendo a certos critérios.

O vídeo, realizado pela TV1 - Produção Ltda, empresa do jornalista Sérgio Motta Mello, a um



Amato: a consciência de cada um.

custo de Cz\$ 3 milhões, traz o resultado de várias pesquisas: uma delas concluiu que a maioria dos trabalhadores prefere trabalhar em multinacionais (pesquisa feita pela Presidência da República); outra informa que as multinacionais pagam em média 40% a mais que as empresas nacionais e que as multas também foram responsáveis por boa parte dos avanços tecnológicos, sociais e sindicais no País.

O texto do vídeo que começou a ser distribuído aos constituintes ontem de manhã, afirma ain-

da que as multinacionais repatriaram bem menos dinheiro do que o permitido pela lei brasileira. Segundo Mário Amato, presidente da Fiesp, a entidade encampou o estudo e ajudou na sua elaboração porque se trata "apenas de um trabalho demonstrativo". As conclusões, segundo Amato, ficam a cargo da consciência de cada um. "Não se trata de um trabalho de convencimento de ninguém, mas de esclarecimento." Para ele é uma visão errada imaginar que defender investimentos estrangeiros no País possa representar uma ação antipatriótica.

O lançamento oficial da fita de vídeo foi feita ontem na sede da Fiesp e para a ocasião foram convidados para um debate com a imprensa o economista Pêrsio Arida; Antoninho Marmo Trevisan, ex-secretário da Sest e Robert Appy, jornalista de O Estado de S. Paulo.

Para Arida, "é preciso despolitizar a questão do capital estrangeiro, evitando a xenofobia", embora ele reconheça que a regulamentação atual do assunto é caótica. Robert Appy observou que é um engano pensar que os capitais estrangeiros estão ávidos para entrar no Brasil e lembrou que de 1979 a 1985, 69% dos US\$ 48 bilhões que circulavam pelo mundo foram aplicados em países desenvolvidos.

PT

Lula, o primeiro a subir ao palanque.

O deputado federal Luís Inácio Lula da Silva já subiu no palanque como candidato à Presidência da República pelo PT. Seu discurso, em tom de campanha, não foi feito em praça pública, mas no programa de televisão que o Partido dos Trabalhadores levou ao ar ontem à noite, em rede nacional, no horário gratuito cedido ao TSE para os partidos políticos.

Sua candidatura foi apresentada pelo presidente nacional do partido, Olívio Dutra, que assumiu o cargo no final de semana. Lula, em seu discurso, afirma que tem consciência das dificuldades de entrar na disputa devido à extensão do País e devido aos gastos estimados para uma campanha, em torno de 600 milhões de dólares. Em tom moderado, Lula garantiu que as dificuldades serão um estímulo à sua candidatura e que o PT irá provar que não é necessário gastar a quantia de 600 milhões de dólares para ser presidencialista. Ao contrário, segundo ele, quem se comprometer com uma verba tão alta terá que "devolver", depois de eleito, a quem emprestou. Prometeu que irá quebrar um tabu no País que exige diploma universitário para fazer política. Lula, que terminou apenas o primário, disse que o País não resolveu seus problemas apesar de ter sido sempre governado "por pessoas com diploma universitário. O problema é detectar qual o segmento social que governa o País e qual o compromisso que a pessoa que será eleita terá com a maioria da sociedade". Em seguida, como se estivesse num palanque, comparou os gastos que o presidente Sarney terá com a Ferrovia Norte-Sul e os investimentos necessários nas áreas de saúde, habitação, educação, entre outras.

O programa do PT, que dessa vez foi produzido pela "TV dos Trabalhadores" de São Bernardo, uma produtora independente, foi aberto com imagens e discursos montados do presidente Sarney, da época do Plano Cruzado, afirmando que a inflação estava "morta" e que a Nação não tinha motivos para ser pessimista. Depois do som de vidros espantados surgiu a figura do ator Antonio Fagundes, tendo ao fundo o Palácio do Planalto. Sua pergunta feita em tom irônico: "Você também acreditou nesse homem, não?"

Em um ritmo de sátira o programa criou ainda uma "nota de falecimento da Nova República" e enumerou os "benefícios deixados", incluindo a dívida externa e "o rômbo" nos cofres públicos. Sarney apareceu em algumas cenas com o emblema do PBS, mostrando suas origens e o ator Fagundes tentando definir os sentimentos do telespectador: "Você está triste, desesperado, com raiva e com razão. Você chega a sentir saudades dos tempos de Delfim Neto, de Mário Henrique Simonsen, esquecendo às vezes que foram eles quem levaram o Brasil a essa situação", comentou acusando os políticos do PMDB e PFL de serem também os responsáveis pelo quadro atual do País.

Outro ator, Paulo Betti, criticou enfaticamente o empresariado, principalmente a UDR, acusando serem eles os "maiores tomadores de terra do País. A UDR tenta enganar o pequeno produtor e está por trás da morte de muitos líderes sindicais. A UDR está contra os direitos dos trabalhadores e junto com ela estão os empresários da cidade que formam o poder econômico e se organizam para manter seus privilégios". Numa série de caricaturas, o programa apresentou todos que, segundo o PT, desejam ser candidatos à Presidência para "manter tudo como está": Maluf, Figueiredo, Quéricia, Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães, Antônio Ermírio de Moraes, Dilson Funaro, Marco Maciel, Newton Cardoso e o general Leônidas Pires, o único que apareceu em foto e não caricaturado.

A atriz Lélia Abramo, apareceu com uma pesquisa que mostra, de acordo com ela, que 32% da população quer o socialismo, como regime de governo. O ex-deputado e economista Eduardo Suplicy apresentou os pontos econômicos da plataforma do partido: suspensão do pagamento da dívida e realização de uma auditoria, controle do sistema financeiro para acabar com a especulação, política agrícola que proteja os pequenos produtores, controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade, salário mínimo digno e reposição do poder aquisitivo dos trabalhadores e impostos sobre as grandes fortunas.

Empresariado

apóia Gerdau. (Os políticos, também.)

Oportuna e correta. Assim, o governador Pedro Simon, deputados federais e empresários do Rio Grande do Sul consideraram a advertência feita pelo presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, quanto à responsabilidade dos políticos no atual momento: levar ou não o País para o caos. O governador Pedro Simon concorda com o presidente do maior grupo siderúrgico privado do País de que a responsabilidade está mesmo com os constituintes que, na sua opinião, não deverão frustrar as expectativas da Nação, mas terão a "sapiência necessária para encontrar a média do pensamento" da sociedade brasileira. Já os constituintes gaúchos Victor Faccioni (PDS) e Luis Roberto Andrade Ponte (PMDB) acreditam que será viabilizada pela Constituição, nestes próximos meses, uma linha alternativa de política econômica e social em direção ao capitalismo moderno.

"Assegurar a viabilização de uma política de expansão e consolidação da economia ou comprometê-la em definitivo, com o agravamento do quadro de recessão ou o caos completo", são as alternativas de que dispõem os constituintes, na opinião do vice-líder da bancada federal do PDS, Victor Faccioni.

A preocupação do empresário com a estabilidade no emprego, como foi aprovado na Comissão de Sistematização, foi lembrada tanto pelo governador Pedro Simon, que entende que este tema deve ser regulado pela legislação complementar e não constar da carta constitucional, como pelo presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fedebrasul), César Rogério Valente, e pelos deputados gaúchos.

Enquanto afirmava concordar plenamente com as afirmações do empresário Gerdau Johannpeter, o deputado federal e presidente da

Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luis Roberto Ponte, garantiu que cairão por "terra" todas as posições xenofobas. Por exemplo, Ponte lembrou que o presidente do grupo Gerdau tem razão ao alertar para a possibilidade de redução do crescimento econômico de 5% para 2% ao ano, com a aprovação das restrições à ação do capital estrangeiro.

O empresário Cesar Valente disse acreditar que será encontrada, na Constituinte, uma solução para o atual impasse vivido pela nação. Sem dúvida alguma, reiterou, a manutenção do chamado Cabral-2 levaria a uma situação de convulsão social. Mas, agora, com a formação do Centrão (do qual fazem parte os constituintes Faccioni e Luis Roberto Ponte), o empresário voltou a ter esperanças de que o bom senso prevaleça, "com a garantia de que possamos continuar confiando nos políticos", disse Cesar Valente.